

GOVERNANÇA COLABORATIVA EM AÇÕES DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

1 INTRODUÇÃO

A participação das organizações religiosas junto à sociedade pode não ser percebida por algumas pessoas. Por ser um trabalho que vai além da assistência espiritual, os assistidos são os principais indivíduos que percebem e podem testemunhar o alívio que sentem quando recorrem ou são amparados por organizações dessa natureza (FOLLMANN; PINHEIRO, 2006).

Parte significativa dessas ações se originam do reconhecimento de que existem situações e pessoas para as quais o poder público não consegue implementar medidas eficazes de inclusão, garantia de direitos e de provisão social (BURITY, 2007). Há um tácito “salvo-conduto” para os serviços religiosos de caridade, que leva o Estado a “lavar as mãos”, distanciando-se dessas questões sociais (FOLLMANN; PINHEIRO, 2006).

Por outro lado, apesar da importância popularmente atribuída à política assistencialista das organizações religiosas, as medidas de inclusão e as demais ações de caridade também possuem limitações, sendo elas inerentes a própria participação dos assistidos e dos fiéis.

A exemplo dessas limitações, o trabalho de Machado (2014) descreve a existência de um caso em que existia problemas de comunicação e de transparência na prestação de serviços em uma organização hospitalar de ordem religiosa. Ferreira (2015), por outro lado, observa que o serviço religioso prestado em presídios não diminui a reincidência de apenados, enquanto Teixeira, Funghetto, Holderbaun e Perez (2017) mostra que problemas institucionais na transmissão de informações entre igreja e fiéis favorecem a acriticidade em relação às ações religiosas.

Os problemas relatados por Machado (2014), Ferreira (2015) e Teixeira et al. (2017) mostram facetas de uma concepção do velho código de governança, em que há muitas limitações como, por exemplo, a participação dos *stakeholders* no núcleo duro das ações religiosas. O sentido atribuído ao trabalho dos fiéis e assistidos em situações similares às relatadas nos trabalhos supracitados, é a de uma estrutura hierarquizada, pautada na atuação passiva, sem aderência dessas pessoas aos processos decisórios, sendo reduzidas a “obra”, mas não ao pensamento e o planejamento assistencial.

Desta forma, este estudo tem como propósito compreender os processos de colaboração das entidades religiosas junto à sociedade por meio da governança colaborativa e a relevância das atividades desenvolvidas. A pesquisa foi realizada em seis entidades religiosas no Estado de Rondônia, sendo uma Católica, três Evangélicas, uma espírita e uma da seita União Vegetal.

Para atender ao objetivo do estudo, foi utilizada abordagens teóricas sobre Governança, especificamente a Governança Colaborativa, compreendida em Emerson; Nabatchi e Balogh (2011). Governança como o conjunto de processos e estruturas que envolvem pessoas para a tomada de decisão e gestão com vários participantes, que inclui parcerias entre o Estado, o setor privado, a sociedade civil e comunidade, bem como intermediado por acordos governamentais e híbridos, como as parcerias público-privadas e privado-sociais e regimes de cogestão, sendo composta de uma infinidade de colaboradores comunitários envolvidos na gestão coletiva de recursos, cujo engajamento podem variar de forma considerável.

O estudo é relevante porque irá contribuir com novas informações acerca do assunto e para um estudo futuro de como se dá a capacidade da governança colaborativa em ações das instituições religiosas no Brasil, que são comumente associadas às denominações cristãs. Dessa forma, pretende-se avançar com o conhecimento sobre a gestão de políticas assistencialistas, contribuindo de forma analítica e empírica.

2 REVISÃO DA LITERATURA

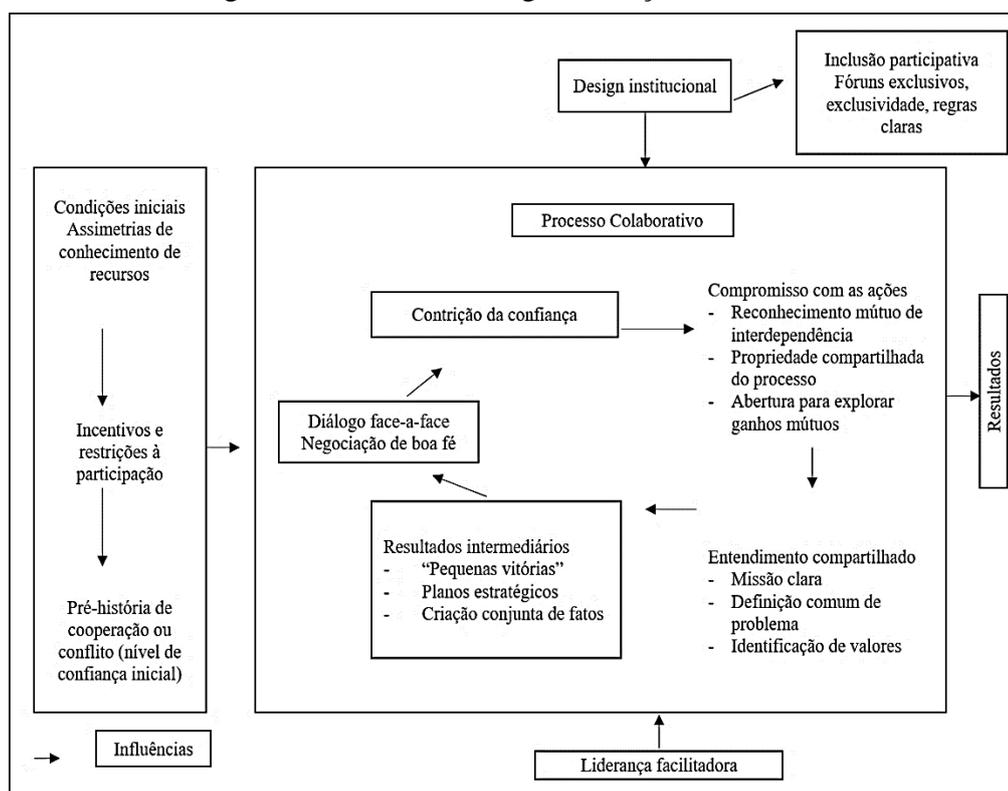
Como aporte teórico privilegiou-se a abordagem de Governança Colaborativa segundo a percepção de Ansell e Gash (2007), Ansell, Burity (2011) e Torfing (2015),

2.1 Governança Colaborativa

Governança colaborativa é um processo de confiança que influencia de forma direta a decisão em colaborar. É um processo lento e de longo prazo, em que se estabelece regras básicas, para que o ambiente inspire a confiança e uma comunicação acessível. Por isso, há uma dependência da interconectividade das variáveis confiança, liderança e interdependências entre os colaboradores e que trabalhe as expectativas e os diversos interesses, a fim de facilitar as relações entre as partes interessadas (ANSELL; GASH, 2007).

Na Figura 1 exibe o modelo de representação da governança colaborativa, sendo este segmentado em quatro dimensões ou variáveis: condições iniciais, design institucional, liderança e processo colaborativo.

Figura 1: Um modelo de governança colaborativa



Fonte: Elaborado a partir da tradução livre de Ansell e Gash (2007)

Observa-se na figura que as condições iniciais do processo de colaboração podem apresentar como facilitador ou desencorajador entres os *stakeholders*. Questões emocionais entre os partícipes podem gerar desconfortos e, em outros casos, similaridade daqueles que aproximam a fim de colaborar. Quanto as condições críticas percebem-se os desequilíbrios entre os recursos ou poder de diferentes partes interessadas; os incentivos que se têm para colaborar; e o histórico passado de conflito ou cooperação entre as partes presentes (ANSELL; GASH, 2007). Entretanto, os autores ponderam, que podem ocorrer assimetrias quando houver desequilíbrio nas variáveis poder/recursos entres as partes, fato que inibe de forma expressiva

participantes que seriam importantes no processo, por isso, a governança colaborativa exige compromisso com estratégias positivas entre partes mais vulneráveis.

Em relação aos incentivos em participar, dependem das expectativas das partes presentes nos processos e nos resultados que sejam significativos. A proposta de Ansell; Gash, (2007) é: 1) se existirem espaços alternativos em que as partes interessadas possam perseguir seus objetivos unilateralmente, a governança colaborativa só funcionará se as partes interessadas perceberem-se altamente interdependentes; e, 2) se a interdependência está condicionada ao poder colaborativo, ser um local exclusivo, então os patrocinadores devem estar dispostos a fazerem o trabalho avançado de constituírem fóruns alternativos (tribunais, legisladores e executivos) para respeitar e honrar os resultados de processos colaborativos.

Quanto à pré-história de cooperar, o conflito facilita ou dificulta a colaboração, ANSELL e GASH (2007). Nesse caso, a presença de pré-história de antagonismo entre as partes é improvável que haja sucesso na governança colaborativa, no entanto, se existir alto grau de interdependência entre as partes, haverá, então, medidas favoráveis a serem tomadas para amenizar os baixos níveis de confiança e capital social entre os *stakeholders*.

A liderança facilitadora é importante para reunir as partes interessadas e envolvê-las no espírito colaborativo. A governança colaborativa requer tipos específicos de lideranças, que promova participação ampla e ativa; garanta influência e amplo controle; facilite a dinâmica produtiva e amplie a finalidade do processo e, por fim, que ajude as partes interessadas a desenvolver ganhos mútuos.

Finaliza Ansell e Gash (2007), se o conflito é alto a confiança é baixa, mas a distribuição de energia é relativamente igual e as partes interessadas têm um incentivo a participar. Assim, a governança colaborativa pode prosseguir com sucesso com a participação de um intermediário confiável. Quando os incentivos são fracos ou assimétricos, então, a governança colaborativa é mais provável de ter sucesso se houver um líder forte "orgânico" que comande o respeito e a confiança das partes presentes no início do processo.

O desenho institucional, figura 1, é protocolo básico, com regras instituídas que são fundamentais para se legitimar o processo colaborativo. Assim, para a colaboração ser bem-sucedida deve ser amplamente inclusiva. A transparência do processo significa que as partes se sentem mais confiantes de que a negociação é pública e legítima, que o processo colaborativo não é uma cobertura para negócios privados de bastidores, (ANSELL; GASH, 2007).

O processo colaborativo é desenhado em etapas, sendo: 1) o diálogo cara a cara, que é o diálogo presencial entre as partes interessadas, é orientado para o consenso para que identifiquem oportunidades de ganho mútuo; 2) a construção de confiança é um ponto comum de partida para a governança colaborativa; 3) contudo, a construção de confiança é um processo lento que requer compromisso de longo para o alcance dos resultados; 4) compromisso com o processo é uma variável crítica na explicação do sucesso ou fracasso, porque está relacionado à motivação original para participar da governança corporativa; 5) compreensão compartilhada que é a missão comum, propósito comum, direção clara e alinhamento dos valores fundamentais; 6) resultados intermediários representa saídas tangíveis, que são essenciais para construir o impulso que leva a uma colaboração bem-sucedida; e, 7) pequenas vitórias podem voltar ao processo colaborativo, incentivando um ciclo virtuoso de construção e comprometimento da confiança, (ANSEL; GASH, 2007).

Por outro lado, há demandas que a governança colaborativa atinge, que não são alcançadas por jurisdições institucionais existentes ou qualquer outro canal institucionalizado para atendimentos sociais; assim, as ações são executadas de maneira formal ou informal por pessoas independentes de vínculos, que se estabelecem regras e suas atividades são compartilhadas com as partes interessadas (ANSELL; TORFING, 2015).

No cenário das instituições religiosas, a governança colaborativa assume um papel de parceria com as igrejas nas lutas pela democratização, em busca de adesão das ações

governamentais em sociedades em que o Estado não é presente de forma institucional e politicamente (BURITY, 2011). Para o autor, parte do movimento das religiões provém de um empenho em ocupar espaços em busca de legitimidade social e atendimento de demandas particulares. E, a participação é mais intensa das minorias religiosas em prol ao atendimento das ausências materiais e simbólicas de seus membros e de setores socialmente excluídos. Por outro lado, o ativismo social religioso, somado às ações filantrópicas buscam intervenções críticas empenhadas em transformações mais radicais (BURITY, 2011).

No mesmo sentido Goldsmith e Eggers (2004) traz que a colaboração não é simples nem sempre eficaz, os praticantes cada vez mais enfrentam demandas por "resultados" - a criação concreta de valor público. Para este estudo, o termo "valor" implica em várias acepções e diferentes interpretações, com ampla alusão a vida, em que se desenha uma estrutura com significados implícitos ou valores materiais ligados a bens ou serviços.

Ives e Kidwell (2019) em seus estudos buscaram entender os valores metafísicos oriundos da religião e os valores sociais, que se relacionam aos valores universais humanos que são ações com valores como atos de benevolência, tradição, segurança e aversão a poder, realização, estímulo, e, direcionamento, que estão presentes nas diversas religiões. Na concepção dos autores, as religiões admitem que os valores sociais se conectem com teorias que modifiquem o campo social, e sugerem que se busque o reconhecimento de que os valores não são independentes, mas estão interligados às práticas sociais e dinâmicas institucionais, a exemplo das expressões locais de valores incorporados em contextos religiosos e a adoção de conceitos como compaixão e amor ao invés de autotranscendência.

No mesmo entendimento, Handrieder (2016) menciona que na Teoria da Avaliação Sociológica quando "valores transcendentais" tornam-se públicos, adota uma definição institucional de religião para entender a construção criativa dos valores religiosos e a análise de performance externa ao ambiente das instituições religiosas, para justificar a presença do termo público, como uma prática social criativa. Valores universais como: a paz, a justiça ou a sustentabilidade assumem significados que são mensurados de forma concreta e torna-se relevante para reconhecer a transcendência das normas religiosas.

Assim, a importância dos valores religiosos é considerável no discurso global da saúde, embora tenha sido um desafio transpor a barreira dos domínios da fé religiosa e das políticas públicas para a governança global da saúde. Criar valor público, portanto, é tanto prática quanto um esforço teórico, e que se estende a todos os valores em que se espera aceitação pública. E essa aceitação está relacionada "a conexão de valores (religiosos) a um princípio geral de valor e ao desempenho desses valores por meio de objetos manifestos" (HANDRIEDER, 2016)

2.2. Assistencialismo e Participação Religiosa

Para efeito deste estudo, entende-se assistencialismo, como ações voluntariadas ou filantrópicas, espontâneas por meio de doações, caridades aos menos favorecidos que podem estar ligados à instituição religiosa ou não, contudo essas atividades proporcionam aos voluntários sentimento de bem estar e aos que recebem gratidão, vínculo e tutela (SPOSATI, 2005).

Portanto, quando se pensa em assistencialismo pode-se evocar a participação religiosa como partícipe dessa realidade. A Organização Mundial de Saúde – OMC inseriu a espiritualidade para que os Estados membros alcançassem os índices desejados de saúde em seu protocolo. A OMC apoia em seis domínios, ações consideradas basilares para a qualidade de vida das populações, como a saúde física e psicológica; nível de independência; relações sociais; ambiente e espiritualidade; religião; e, crenças pessoais TONIOL (2018).

A construção da organização religiosa se dá pelo conjunto de pessoas em constante modificação, envolvidas em ações, que se apoiam em prol de uma coletividade, que estão em

transformação e em multifacetadas interações, trazem consigo uma multidimensionalidade que refletem no ambiente organizacional, que insere em seu programa e *governance* rede de conexões, as quais permitem que certas ações se tornam possíveis. Entender o comportamento religioso exige um olhar para as influências a que está exposto, e não o grau de religiosidade, mas como a retórica religiosa e as práticas são exercitadas e como elas estão estabelecidas nas vertentes organizacionais (AMMERMAN, 1997).

Nesse sentido, Maciel e Machado-da-Silva (2009) diz que as organizações religiosas estão inseridas em um contexto social estruturado em diversos segmentos, embora haja supostas similaridades de ações entre as organizações. Assim, a magnitude dessas instituições nasce da configuração da integração social por relações parciais ou integrais, na formação de espaços de amplo alcance. No entanto, a sua sobrevivência carece de representação, que se dá por meio de práticas sociais. Práticas essas que são convencionadas pelas atividades estabelecidas nas estratégias internas que estão inter-relacionadas no pensar e agir.

Diante disso, o engajamento de participantes nas organizações religiosas é por meio de estratégias relacionais, que é o canal de desenvolvimento e manutenção dessas entidades. Há uma estratégia objetiva na prática de atividades das ações sociais, que possibilita o estudo de como ela se caracteriza no contexto organizacional, bem como, as noções de mercado e objetivos relacionados aos atributos implícitos. Traz os autores que se percebe pressupostos da lógica weberiana de que a ação social só pode ser entendida quando for imbuída de sentido e respeito ao outro, bem como, a carência de normativas que se (re)construí por ações de atores para legitimação de suas ações, no qual ocorre em rede de relações. Dessa forma, as organizações se assentam de forma institucional em estruturas de rede de cooperação que opera em nível organizacional (MACIEL; MACHADO-DA-SILVA, 2009).

Para Ammerman (1997, p. 5) entender que “*as práticas religiosas são organizadas, mas não compreender essas organizações sem prestar atenção ao que as pessoas estão fazendo, onde e com quem*”, remete as instituições religiosas, como organizam a prática de uma crença; que suas atividades estão orientadas à coletividade, por meio de adoração, educação religiosa, missão, mordomia e comunhão, como exemplo dessa comunhão das práticas de confiança e como os vínculos ocorrem.

Assim, o ato de congregar, envolve encontros entre pessoas munidas de certos recursos com outras pessoas que carecem de recursos, além de observar as práticas de coleta de dados e tomada de decisões que direcionam esses encontros. Por isso, deve-se olhar como os grupos de pessoas percebem as situações que precisam de atenção e como eles decidem sobre que tipo de atenção cada situação precisa e quantos de seus recursos (esforço) serão usados (AMMMERNAN, 1997).

Nessa concepção Wuthonow (1993) menciona que os atos de compaixão como cuidar dos outros e ajudar a nós mesmos, traz a essência das religiões que é a paixão, isto é, apaixonar-se. Em particular, os atos que estão inseridos nos ensinamentos, como o amor ao próximo, caridade aos necessitados, compaixão e misericórdia. Assim, somos inspirados a um comportamento formal ou informal em ajudar, bem como, estender o cuidado àqueles da comunidade que sofrem com o infortúnio.

Nesse sentido, organizar atividades de caridade, as congregações e outras agências ajudam a superar as dificuldades de outras pessoas. A exemplo das igrejas protestantes e católicas, elas buscam demonstrar os valores públicos por meio de suas instituições em proporcionar um ambiente inclusivo aos que são carentes, aos pés descalços (WUTHNOW, 1993; MARTIN, 1984).

Os trabalhos missionários como os relacionados: à delinquência juvenil; fundadores de orfanatos; e, reforma penitenciária partiram de ações religiosas; como também as faculdades, escolas médicas e ordens de enfermagem patrocinadas por religiões contribuíram para a profissionalização dessas atividades que antes eram tidas como serviço voluntário informal,

WUTHNOW (1993). Integrar e inspirar a participação de grupos e organizações religiosas por organizações multilaterais, em razão da inércia do Estado, foi criado um espaço para os prestadores de serviços religiosos na saúde pública com o apoio de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde – OMS e o Banco Mundial. Estas instituições sensibilizaram-se com os atores religiosos, apoiando-os financeiramente ou contribuindo em projetos colaborativos (HANDRIEDER, 2016).

Corroborando com Giumbelli (1994), Handrieder (2016), Martin (1984), Ammerman (1997), Wuthnow (1993), Burity (2003, a) entendem que a filantropia das instituições religiosas e as atividades que são desempenhadas em ambientes interno e externos daquelas instituições foram reacendidas na década de 90 com uma função em alcançar àqueles a quem o Estado não assistia em sua política social e como paliativo às desigualdades sociais. A exemplo disso, tem-se o modelo da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, realizada no Brasil, tendo as instituições religiosas como protagonistas principais no implemento deste projeto.

Assim, entender o papel da filantropia das instituições religiosas é necessário compreender a dimensão da sua colaboração junto a sociedade. Ou seja, a sua capacidade de promover mudanças de uma realidade; são trabalhos conceituados como assistencialistas, e com isso, as igrejas absorvem novos significados por meio desse assistencialismo, sem abandonar sua tradicional função (NOVAES, 1998).

Quanto ao assistencialismo trazido por Novaes (1998), Handrieder (2016) confirma, no seu estudo, que a presença de entidades religiosas no continente africano traz novo olhar do papel da religião na saúde global. A autora concluiu que, em média, 40% dos serviços de saúde no continente africano eram prestados por entidades religiosas. O estudo foi divulgado na intenção de noticiar o desempenho do trabalho na saúde pelos religiosos. Os dados ajudaram a documentar o "valor público" do trabalho religioso na saúde, em especial, em países em que os serviços governamentais são deficientes. Assim, a OMS passou a redimensionar o alcance desses trabalhos, apoiando e propondo políticas com governos locais e nacionais no sentido de beneficiar desse valor público e formar parcerias com essas instituições religiosas.

3. METODOLOGIA

Adotou-se procedimentos metodológicos qualitativos exploratórios. O estudo foi realizado em seis instituições religiosas, localizadas no estado de Rondônia. A escolha se deu por meio da técnica de bola de neve, considerando a descrição procedimental de Vinuto (2014).

Os contatos com as instituições foram realizados pelos pesquisadores, tendo como característica essencial a ocorrência de ações assistenciais. Em razão do quantitativo de instituições religiosas na região, buscou-se analisar organizações de diferentes segmentos e abordagens teológicas.

Primeiramente, contactou-se com os representantes das instituições, com o cuidado de que os respondentes exercessem o cargo de direção ou similar. As instituições religiosas contactadas foram uma Igreja Católica; um Centro Espírita Kardecista; uma igreja evangélica Santa Geração; uma Igreja Batista; uma Igreja Wesleyana; e, um grupo ligado a União do Vegetal. A única exigência solicitada pelos pesquisadores, foi que as respostas fossem encaminhadas por meio de áudio, que foi acatada por todos os representantes das instituições. A exigência de respostas por áudio foi para entender as nuances das respostas que muitas vezes não se consegue verificar quando o respondente se limita a responderas questões de forma objetiva ou quantitativa. A coleta de dados foi realizada entre os meses de novembro de 2019 a abril de 2020.

Como forma de coleta de dados foram realizados por meio de um questionário. As perguntas foram enviadas pelo aplicativo *Whatsapp* para os convidados, que encaminharam via áudio, no mesmo aplicativo, que foram transcritas e reenviadas aos respondentes para validar.

O questionário foi composto por um roteiro estruturado com treze questões, sendo elas: (1) Quais os atendimentos assistenciais disponíveis pela instituição?; (2) Qual a frequência do atendimento?; (3) Quais os canais de divulgação dos atendimentos?; (4) Como ocorre o contato inicial com os assistidos?; (5) Há pessoas que foram assistidas pela instituição que atualmente fazem parte do corpo de voluntários no atendimento?; (6) Como é feita a captação de colaboradores para as ações assistenciais?; (7) Quais as profissões dos voluntários que colaboram com a assistência dada pela instituição?; (8) Qual a origem dos recursos financeiros que sustentam as ações de assistência?; (9) A assistência é feita por grupos ou por pessoas de forma isolada?; (10) Quem são os assistidos?; (11) Qual a forma de capacitação dos voluntários que optam por trabalhar nas ações de assistência?; (12) Cursos de formação livre ou técnica são ofertados?; (13) Como os resultados das ações assistenciais são mensurados ou avaliados?

Com o objetivo avaliar, testar e definir praticidade a metodologia e clareza de entendimento do instrumento de coleta de dados, foi realizado um pré-teste. Foram aplicados dois questionários: um com um leigo, e outro com um participante de uma instituição religiosa, não participante do grupo de entidade participante do estudo, de modo a verificar a consistência e a integridade das respostas. Essa técnica visou reduzir as chances de questionários incompletos quando o instrumento é projetado e testado. Assim, é possível detectar possíveis perguntas enganosas e/ou instruções incompletas antes da aplicação do questionário principal.

Aos respondentes foram garantidas a confidencialidade e a privacidade de informações pessoais. Os participantes da pesquisa foram informados de que qualquer dado que possa identificá-lo seria omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e que os dados serão armazenados em local seguro; que a qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, poderiam solicitar informações acerca da participação ou sobre a pesquisa, de forma que suas dúvidas seriam esclarecidas pelos autores deste estudo.

A análise foi elaborada a partir de uma análise lexical com o apoio do *software* IRAMUTEQ 0.7 Alpha2 combinado a análise categorial. Da análise lexical, o procedimento adotado foi a análise de similitude, tornando possível uma categorização a partir da “árvore” de coocorrência de termos. Para a análise lexical foram considerados os parâmetros dispostos no manual de Salviati (2017).

A partir da análise de similitude, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, atendendo aos procedimentos de Bardin (1998), especificamente para compreender os processos de colaboração das entidades religiosas junto à sociedade por meio da governança colaborativa e a relevância das atividades desenvolvidas, que foram transcritos os dados, codificados, buscou-se os temas similares, com a respectivas revisão a esses temas, definindo e nomeando os temas para assim produzir o relato científico do estudo. Conforme abordagem exploratória, a categorização surgiu dos dados obtidos, formando cinco categorias interrelacionadas entre si que direcionam a um melhor entendimento sobre a governança colaborativa em ações de assistência religiosa.

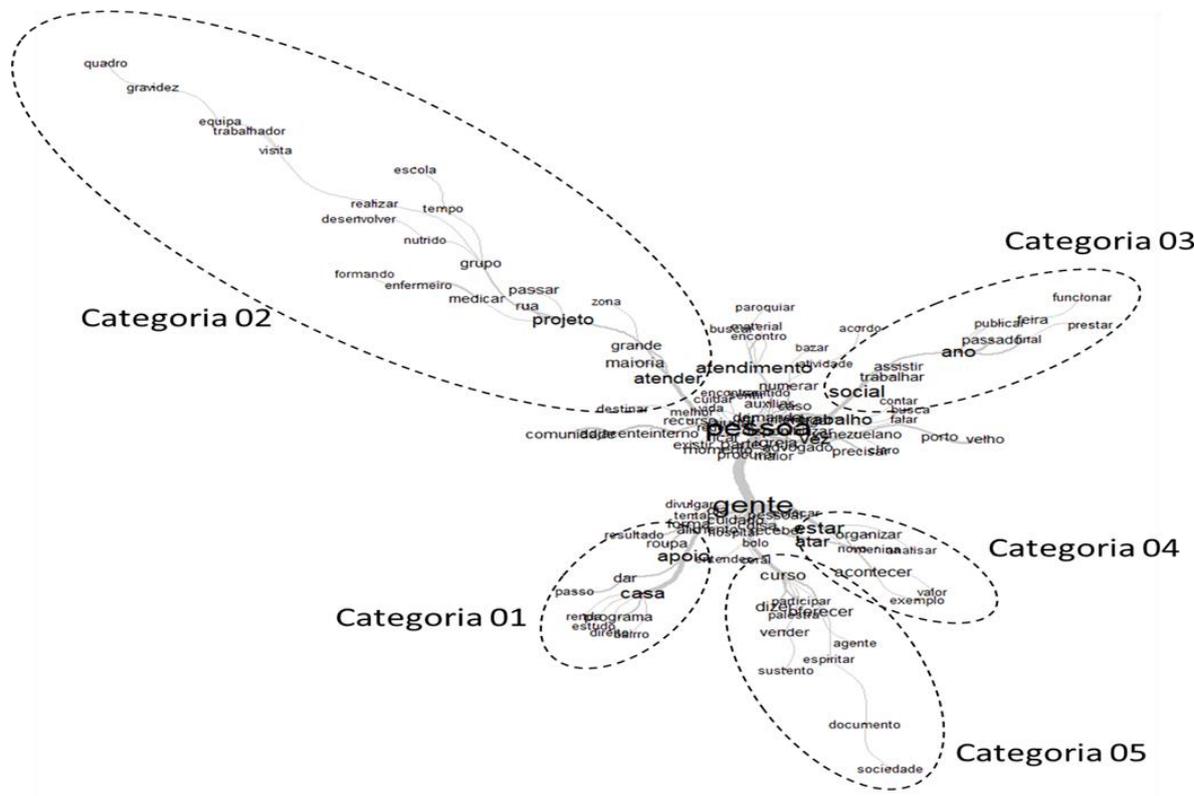
4 DA ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise do material coletado possibilitou a divisão em cinco categorias que são expostas nesta seção. Para fins de identificação, os respondentes serão indicados pela letra ‘R’ seguida de número correspondente à ordem decrescente alfabética. Os recortes apresentados a seguir indicam algumas das atividades desenvolvidas pelas entidades.

Conforme se visualiza na Figura 2, a árvore apresenta os resultados da análise de similitude com a identificação das coocorrências entre as palavras e indicações da conexidade entre os termos: pessoa, gente, atender, atendimento, trabalho, social, projeto, apoio, oferecer, casa, estar, vez e ano auxiliando na identificação da estrutura do campo que desenha os fatores associados às atividades desenvolvidas pelas entidades religiosas desse estudo.

Os resultados identificados na Figura 2, árvore de coocorrência, indicam que as atividades desenvolvidas pelas entidades pesquisadas estão segmentadas em cinco categorias.

Figura 2. Resultados da análise de coocorrência



Fonte: dados da pesquisa

4.1 Categoria 01 – As assistências

A primeira categoria buscou se identificar entre os respondentes a tipologia de assistência à disposição da população, que em resposta foi relacionado as palavras: resultado, atendimento, programa, estudo, direito, bairro, dar, passo, roupa, apoio e casa, conforme se verifica nas respostas:

“Área de saúde, na área de assistência, e algum tipo de doação de material, e, roupa, material de higiene, alimento, basicamente esses aí.” (R2)

“[...] quatro projetos assistenciais, grupo de apoio as famílias, que atende 25 famílias durante dois anos, temos o grupo enxoval do bebe, que semestralmente atende 25 gestantes e tempos grupo de apoio aos nutridos, que atende semestralmente 12 pessoas e temos o projeto despertar que funciona as sextas-feiras que atende os irmãos em situação de rua” (R4).

“[...] nossa missão é o testemunho e o anúncio do evangelho de Jesus Cristo e na defesa e promoção da vida, para a construção de uma sociedade do bem viver e a sociedade onde todos buscam o tem os seus direitos; podemos dizer que este bem viver é o reino de Deus ” (R5) .

“Nós temos um trabalho que é um trabalho social, de cuidado de uma casa de apoio, onde nós auxiliamos também com alimentação, com roupa, cuidado espiritual, encorajamento, para esse momento de dificuldade que é uma casa de apoio que cuida dos parentes e de pessoas que estão doentes que vem do interior. As pessoas então se alojam ali para tratamento [...]” (R1).

Os trechos transcritos somam as atividades desenvolvidas pelas entidades religiosas, que no caso da respondente R2, disse que os trabalhos são orientados às atividades de assistência à saúde, alimentos, roupas, material de higiene que são feita de forma esporádica e às pessoas que estão em necessidade de atendimento, essa assistência é feita por meio de levantamento em pontos da cidade.

Para o respondente R4 a assistência é feita por períodos, ou seja, semestral para os atendimentos às gestantes e os desnutridos, esses serviços estão nos planos de gestão, por meio planejamento global a um grupo específico de pessoas; e semanalmente às pessoas que vivem em situação de rua, que são oferecidos serviços de higiene pessoal, alimentação e palestra espiritual. O plano de trabalho também especifica a ida de grupos de voluntários à casa dos assistidos, nos casos das gestantes e desnutridos. Contudo, a maioria dos casos atendidos são de pessoas necessitadas que vão até a entidade em busca de auxílio.

A Instituição R5 orienta os seus serviços segundo o evangelho cristão que é a inclusão aos direitos sociais aos que buscam de maneira mais igualitária; que almeja que todos tenham alimento para o corpo e para a alma; que encontrem ternura, solidariedade e liberdade. Busca-se promover a vida como um todo. Os atendimentos são feitos segundo a procura na entidade. Há casos que os serviços são prestados conforme um plano de atendimento à alguma determinada ação proposta pela entidade. Como por exemplo, o caso de entrega de alimentos, roupas e assistência em determinado ponto da cidade.

Enquanto a R1, observou-se que suas atividades estão relacionadas ao engajamento ao mercado de trabalho, para a geração da própria renda; auxílio a pacientes de outros locais que buscam assistência na cidade de Porto Velho/RO, a capital do Estado. E, também, à subsistência, por meio do alimento e de roupas; há, também, atividades desenvolvidas por R2 voltadas à assistência à saúde e subsistências aos que buscam e àqueles que são rastreados pela Instituição quando são desenvolvidas atividades para atendimentos externos.

4.2 Categoria 02 - Projetos

Na categoria ‘projetos’ buscou-se evidenciar quais as palavras que indicava o processo das atividades desenvolvidas. Após catalogadas, concluiu-se quais as atividades desenvolvidas conforme plano de trabalho pré-estabelecido pelas instituições. Os termos apresentados pelos respondentes foram: projeto, atender, grande maioria, zona, rua, grupo, passar, medicar, enfermeiro, formando, desenvolver, quadro, tempo, realizar, equipa, escola, visita, nutrido, trabalhador e gravidez. Nessa categoria pode-se notar as propostas de execuções das atividades das instituições, nas palavras dos respondentes:

“[...] hoje a nossa casa apresenta quatro projetos assistenciais, grupo de apoio as famílias, que atende 25 famílias durante dois anos, temos o grupo enxoval do bebe, que semestralmente atende 25 gestantes e tempos grupo de apoio aos nutridos, que atende semestralmente 12 nutridos e temos o projeto despertar que funciona as sextas-feiras que atende os irmãos em situação de rua, uma média de 150 irmãos todas as sextas-feiras” (R4).

“A capacitação de voluntários ela é feita entre os participantes dos nossos estudos doutrinários que oferecemos em nossa casa. Eh nós temos um regimento que ele estabelece para o trabalhador voluntário da casa a pessoa deve fazer parte de um grupo de estudo; além disso nós temos os nossos trabalhadores voluntários esporádicos que são médicos, dentistas que prestam né serviços voluntários a nossa instituição, e são ações, desenvolvem ações pontuais na instituição” (R4).

[...] Nós temos uma maneira de mensurar, não através de entrevista ou questionário. Nós temos um relatório que é passado no final do ano; então cada final do ano nós passamos um relatório citando e prestando contas daquilo que foi do projeto, geralmente nós a reunião do conselho, conselho

local que se chama no início do ano, onde fazemos nossas propostas e programações pro ano, o que vai ser feito, aonde, como e no final do ano é prestado conta deste trabalho (R1).

“Nós temos o grupo de assistência social, que nós chamamos de Ministério de Ação Social e temos as pessoas também que fazem parte deste grupo; advogados, funcionários públicos, pessoas que são profissionais e que disponibilizam suas vidas para poder auxiliar” (R1).

Os primeiros recortes apresentados são do respondente R4. Segundo ele, já tem estabelecido os critérios para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais. Nota-se que o quantitativo de atendimentos, são em razão do *quantum* em doações/recursos, que suportam as despesas oriundas dos projetos daquela Instituição. Os voluntários seguem um normativo que orienta as boas práticas para atendimento e visitas, e, também, cursos que acontecem por meio de encontros entre as instituições que compõem o grupo.

Enquanto, que, no recorte seguinte, 3 e 4, o respondente R1 disse que os projetos são oriundos de levantamento das atividades desenvolvidas no momento específico e há uma projeção para o ano seguinte, que são desenvolvidas por profissionais que se dispõem a participarem das atividades em prol do cumprimento dos projetos propostos anualmente.

4.3 Categoria 03 – Envolvimento das pessoas

O envolvimento das pessoas nas ações das instituições está caracterizado na categoria 3, que faz menção como se forma o quadro de voluntários para o atendimento aos assistidos pelas entidades, que são apresentadas pelas palavras: ano, social, busca, contar, assistir, trabalhar, passado, prestar, publicar, feira e funcionar, como se pode notar na transcrição das falas dos respondentes:

“A nova diretoria assumiu agora recentemente. Então nós estamos dando passos para que a “Entidade” seja melhor, melhor encontrada, mais fácil de ser encontrada, para que realmente a gente consiga dar esse apoio para todas as pessoas que nos procura, estamos trabalhando por isso. Pela mídia nós temos feito alguma fala também, nós também estamos com essa questão dos “assistidos” na mídia, meio de comunicação no geral tem procurado muito. Algumas matérias foram feitas e se expandiram um pouco. Agora temos um projeto (...), que vai acontecer (...). A primeira ideia foi de trazê-los, todo o pessoal de rua e, também os que estão em situação de rua (...); então, movimento que a gente está tentando fazer com eles” (R5).

“Temos apenas um atendimento social, médico, realizado em parceria com uma faculdade e o Posto de Saúde de Município” (R6).

“Há casos de pessoas que já passaram no projeto e passaram a fazer parte, há sim, temos pessoas que nos ajudam são voluntários e foram pacientes” (R3).

“Nós divulgamos em algumas mídias sociais, mas também dependendo do caso a gente também divulga através de outras mídias, cartaz, de acordo com o evento, de acordo com a atividade” (R2).

Quanto ao engajamento das pessoas ao serviço se dá por meio de voluntários. A respondente R5 menciona que a captação de voluntário é um desafio em razão de ser um serviço que não é remunerado e muitas vezes as pessoas que se dispõem a colaborar precisam de sustento. Muitas vezes se faz um chamamento para a captação de voluntários para os serviços, como, por exemplo, o atendimento do movimento migratório dos venezuelanos que aconteceu em Porto Velho.

A entidade tem o projeto de aprimorar a formação dos voluntários para que se sintam parte do projeto para contribuir e se sintam valorizados pelo serviço prestado. Enquanto o grupo de voluntariados da R6 são os formandos da área da medicina, nutrição e enfermagem. Eles são

orientados pelos professores que atendem aos necessitados encaminhados pela entidade religiosa; sendo que no momento da aplicação do questionário só essas atividades envolviam voluntários.

A respondente da R3 informa que no caso da Instituição os voluntários se apresentam, em razão de que o trabalho é desenvolvido por profissionais da área da saúde. O trabalho desenvolvido parte da disponibilidade e vontade do profissional participar do projeto da entidade; e que pessoas que já foram assistidas fazem parte do grupo de voluntários.

Os adeptos à religião são os voluntários da respondente R2, que são de diversas profissões, como: profissionais liberais; funcionários públicos; e, empresários. Tornando assim diversificados os tipos de atendimento da entidade, como a orientação de profissionais do direito àqueles que necessitam de algum atendimento nesse sentido; orientação e encaminhamento a cursos para desenvolver alguma atividade para a subsistência do assistido, entre outras.

4.4 Categoria 04 – Doações, financiamento das Assistências

A categoria 04 aborda como as instituições se mantêm para dar continuidade aos projetos de assistências aos que buscam e àqueles que as entidades fazem o rastreamento para identificar quem são os necessitados. Na Figura 2 pode-se identificar as palavras de similitudes das entidades: estar, acontecer, organizar, valor e exemplo; termos identificados nas palavras dos respondentes:

“A origem das doações, então, é a maioria das doações são de pacientes mesmo, que fizeram, passaram por atendimento por livre e espontânea vontade, eles se comprometem estar ajudando o eles que decidem né, então tem acontecido dessa forma, mas hoje a associação tem CNPJ, associação tá regulada, então pode receber doações de outros meios, órgãos públicos, acredito que até políticos, governo e privados” (R3).

“Dentro da instituição existe uma contribuição, uma taxa de anuidade no valor simbólico, que os adeptos da religião destinam, que é a nossa receita operacional, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) anual. As contribuições voluntárias elas também são a critério” (R2).

“Os recursos financeiros que auxiliam a nossa casa são oriundos das nossas ações beneficentes, o caldo beneficente que realizamos quatro vezes por ano, que a renda desse caldo é destinada para despesas fixas da nossa casa, bem como para custear a despesa na área social. Temos recentemente o nosso bazar permanente que funciona todas as sextas-feiras na parte da tarde, onde todo o recurso arrecadado é destinado à área social” (R4).

“A questão do recurso financeiro. Temos um bazar interno da “Entidade” mesmo, nós também estamos num projeto de ampliação desse bazar, também pra deixar mais atrativo e que possa atender então um maior número de pessoas. Então, a nossa renda para comprar água e outras coisas para os gastos internos, a gente tira desse valor.” Nós temos também a questão das doações espontâneas que às vezes acontece, não é certo, mas às vezes acontece de alguém doar um valor não grande, mas que também tem nos ajudado. E é claro, também, as doações de campanhas, por exemplo, nós tivemos já com atendimento com alimentos, promoções em escolas junto a projeto de alunos, (...), a entrada foi um quilo de alimento, (...), esses alimentos vieram aqui para a Entidade, e assim a gente vai se organizando” (R5).

Como se observa, a fonte de renda das instituições para a manutenção dos serviços é variada. Quanto à forma de manutenção da instituição a respondente R3 informa que o recurso é por meio dos atendidos que se propõe a contribuir com o valor por ele estipulado. Contudo, é

um ato voluntário da pessoa; a Instituição pode receber recursos de instituições públicas ou privadas ou meios legais em razão de ser uma entidade regulada pelos órgãos reguladores.

No caso da respondente R2, a Instituição tem estipulado uma taxa de anuidade no valor simbólico de R\$ 5,00 (cinco reais), que é a receita operacional. Contudo, contam com as contribuições voluntários dos seguidores daquela Instituição. Enquanto que na Instituição da respondente R4 os serviços prestados aos necessitados são oriundos de ações beneficentes como, por exemplo, o caldo que é preparado quatro vezes ao ano, cujo recurso é destinado à despesa fixa e ao custeio da área social e o bazar que funciona todas as sextas-feiras no período vespertino, e a renda é revertida à despesa do atendimento social.

No caso da respondente R5, a fonte de recurso é por meio de um bazar interno na Instituição, que tem o projeto de ampliar e deixá-lo mais atrativo, cuja receita é utilizada para os gastos internos. As doações espontâneas são recursos adquiridos também e doações por meio de campanhas, promoções junto às escolas com projetos de alunos. Atividades que estabelecem que a entrada é vinculada a doação de alimento não perecível, tudo faz parte dos recursos para desenvolver as atividades de assistência.

4.5 Categoria 05 – Capacitação dos colaboradores

Na categoria 05, como é organizado pelas instituições religiosas a capacitação dos colaboradores envolvidos nas atividades oferecidas aos necessitados. A árvore de coocorrência demonstra as seguintes palavras: oferecer, curso, palestra, dizer, vender, espiritual, agente, sustento, documento e sociedade, que são apresentadas no discurso dos respondentes das instituições:

“Então o nosso projeto é de fazer uma formação mais aprimorada, isso enquanto a Entidade Nacional também está nessa busca de uma formação mais aprimorada para esses voluntários, para que realmente se sintam parte e possam contribuir, mas também possam ser mais valorizados, se sintam valorizados na sua ação para que nós possamos então atender um maior número de pessoas” (R5).

“Nós temos uma palestra que Igreja de forma geral em Rondônia oferece, ou seminário melhor dizendo, que é um seminário da ação social; nós temos encorajado as pessoas também a participar de cursos fora quando aparece, e como eu já disse a questão também do discipulado, onde é passado internamente, seja em reuniões em grupo ou através de atendimento ou relacionamento interpessoal” (R1).

“Não são feitas” (R6).

Quanto a capacitação dos colaboradores junto às instituições tem-se: o respondente R5 informa que tem o propósito de engrandecer o trabalho do voluntariado; não houve uma resposta quanto ao questionado. Foi apresentado que há curso para os assistidos com o objetivo que ajudá-los no engajamento social e criar mecanismos de subsistência. Enquanto o respondente R1 informou que a existência de cursos, seminários, palestras, encontros/reuniões e, também, mencionou que há uma promoção de cursos para as pessoas que frequentam a Instituição. Tais curso são com o objetivo de profissionalização e preparatório para concurso público.

Por fim, a respondente R6 disse que não há formação, contudo com foi mencionado na categoria 3, o grupo de voluntariados são os alunos que estão formando de uma universidade e que os assistidos são levados até a universidade para serem atendidos e que no momento da aplicação do questionário só esse tipo de atendimento estava sendo oferecido aos necessitados naquela Instituição.

4.6 Discussão

Handrieder (2016) observa que os valores religiosos têm uma importância considerável no discurso global da saúde. A posição de Handrieder é corroborada pelos autores deste estudo, quando se constatou que todas as instituições foram unânimes em responder que lidam com a saúde, seja física, corporal ou espiritual. Como no caso do respondente 6, que os assistidos são encaminhados numa instituição de ensino, em que os alunos que estão formando atendem sob a tutela do professor. Infere-se nesse contexto que não se trata apenas de uma instituição envolvida no atendimento, mas outras que são inseridas, gerando assim coparticipação de atores externos, que segue o mesmo entendimento de GIUMBELLI (1994), HANDRIEDER (2016), MARTIN (1984), AMMERMAN (1997), WUTHNOW (1993), BURITY (2003, a).

Quanto a preocupação de cuidar da saúde do corpo e da alma, a respondente R3 disse que cuida especificamente da saúde física e mental dos necessitados, isso revela que se trata de atos de compaixão, é o “apaixonar-se”, quando se fala do corpo e da alma dá-se a noção além da assistência, como mencionado por WUTHNOW (1993). As demais instituições, além da saúde dos necessitados há o cuidado das necessidades básicas dos atendidos, como vestuários, medicamentos, alimentos e acompanhamento espiritual.

Nesse sentido, Ammerman (1997), entende que o ato de congregar, envolve encontros entre pessoas munidas de certos recursos e outras pessoas que carecem de recursos, fato que foi visualizado na pesquisa, quando um fiel ou adepto for em busca de preceitos religiosos, leva consigo materiais, roupas ou doação em dinheiro para uma campanha aos necessitados. Ele se prontifica a esse chamado, como, por exemplo o caso das respondentes R3, R4, R5 que naqueles locais são disponibilizados atendimentos médicos, dentistas, orientação e palestras de enfermeiros, psicólogos e, também atendimentos de advogados e outras especializações; isto faz entender que nas entidades religiosas pesquisadas está implícito o espírito de caridade em suas ações.

Valor para Ives e Kidwell (2019) implica em várias acepções e diferentes interpretações, com ampla alusão a vida. Nesse estudo, valor foi interpretado em várias nuances, seja o valor material, quando a instituição recebe as doações e o valor da dignidade quando o necessitado é amparado pela colaboração dos fiéis. Nesta acepção, verifica-se que todo o trabalho desenvolvido pelas instituições está voltado para atendimento aos necessitados. Também, há um interesse dessas Instituições em possibilitar aos assistidos, que por meio de cursos, que eles mudem seus *status quo*, quando conseguem criar mecanismo para não depender mais dos auxílios, como é o caso das respondentes R1, R4 e R5 que oferecem cursos para os assistidos para que eles possam desenvolver atividades para a subsistência dele e dos membros da família.

Há de se ponderar que nesta pesquisa, embora fora mencionada acerca de doações financeiras, tais recursos foram de fiéis e adeptos das instituições religiosas, além de doações do trabalho. Como delimitação, o estudo não abrangeu recursos oriundos de doações de instituições públicas ou privadas, embora a R3 informou a possibilidade de receber recursos de tais instituições. Entretanto, não foi confirmado no momento da aplicação do questionário o recebimento de tais valores.

A abrangência da Instituição Católica alcança bem o valor público com a insistência em proporcionar um ambiente inclusivo, MARTIN (1984). Este estudo, realizado em 2020, conclui-se que a abrangência não se limita a um único credo, a uma única ideologia, mas vários credos, a exemplo da União Vegetal que é uma Instituição iminentemente brasileira que hoje já tem representação em vários estados e países, e que todas apresentaram exemplos de assistência aos necessitados que apresentam como valor público.

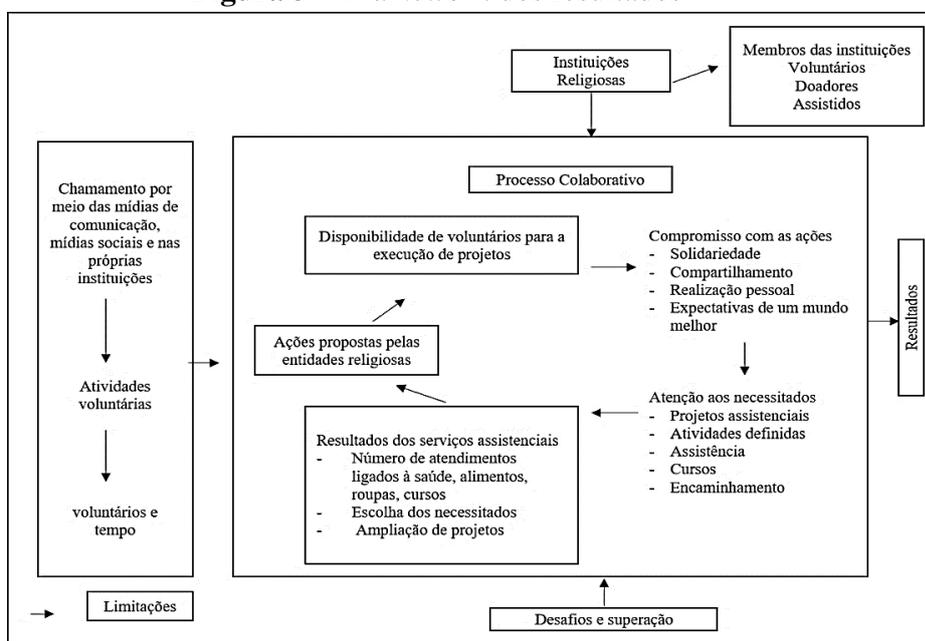
Por fim, apresenta-se a Figura 3 que mostra o processo de governança colaborativa. Por meio do processo de confiança que influência de forma direta a decisão em colaborar,

afirmativa que se pôde confirmar nesta pesquisa. No momento que uma entidade religiosa propõe uma ação em benefício dos necessitados, por meio de divulgação nas diversas mídias, que consegue captar pessoas e recursos para que se concretize um projeto, nesse movimento há explicitamente a governança.

O processo descrito no *framework*, da Figura 3, inicia com as instituições religiosas fomentando o processo colaborativo entre seus voluntários. A disposição em colaborar com serviços e doações dos voluntários é que permite a execução e conclusão dos projetos, que são ações contínuas.

Em alguns casos, verificou-se que o chamamento de voluntários se dá por meio de mídia tradicionais, como TV e rádio, além de mídias sociais, mas também mediante o trabalho “boca-a-boca”. Dessa forma, mesmo aqueles que não podem colaborar financeiramente, podem dedicar parte do seu tempo contribuindo com as atividades, como atendimento médico, odontológico, psicológico, assistência de advogados, assistência social, entre outros.

Figura 3 – Framework dos resultados



Fonte: dados da pesquisa

Assim, os voluntários assumem um compromisso com as ações com base no entendimento individual de solidariedade, compartilhamento de benfeitorias sociais, expectativas de um mundo melhor, mas também como uma forma de realização pessoal. A atenção aos necessitados, o trabalho assistencial de fato, é pré-definido pelas lideranças institucionais, podendo abranger atividades de diversas naturezas, como: o educacional, o abastecimento de alimentos, higiene, a saúde, entre outras assistências.

Os resultados dos projetos e ações assistenciais são mensurados de forma superficial, sendo analisados apenas por meio do número de pessoas atendidas. Embora este tipo de informação seja utilizado para que o planejamento de reedições dos projetos possa ou não indicar a ampliação das ações mediante novas propostas feitas pelas lideranças institucionais.

As limitações do assistencialismo são relacionadas ao processo decisório em relação ao projeto, que é realizado pelas lideranças institucionais. A governança assume características colaborativa, mas com mecanismos de controle, monitoramento e avaliações superficiais e aos desafios da própria natureza assistencial, na medida em que sempre existem pessoas precisando

de ajuda. O desafio das instituições se dá quando apresentam projetos a serem realizados somente por meio de ações voluntárias, que ao lançar a proposta acreditam que a caridade é a resposta de uma crença.

5 CONCLUSÃO

O que se buscou neste estudo foi demonstrar como se dá a colaboração das entidades religiosas junto à sociedade por meio da governança colaborativa e a relevância das atividades desenvolvidas, conclui-se que a colaboração se dá por diversos canais, seja na saúde (física e mental), alimentação, vestuário, medicamentos e em especial o aconselhamento espiritual.

Entende-se que há uma relevância nas atividades desenvolvidas pelas entidades religiosas, conforme se verificou nas entrevistas, que há casos que o próprio Estado encaminha os necessitados às entidades religiosas para que sejam atendidos e que tais demandas poderiam ser atendidas naquela unidade. Pode-se observar que mesmo com a limitação de recursos financeiros as entidades desenvolvem estratégias para ampliar seus atendimentos e não frustrarem àqueles que as demandam. Sabe-se que a atuação das entidades religiosas é de longa data e que ainda continuam direcionando o olhar piedoso aos que as procuram.

O estudo contribuiu para o conhecer como se dá a governança colaborativa das diversas áreas de atendimento aos necessitados pelas as instituições religiosas, bem como a relevância dessa assistência àqueles em que o Estado não consegue alcançar, Todavia há uma limitação no estudo em razão de não ter envolvido a participação dos assistidos no levantamento de dados, fato que a conclusão do trabalho foi direcionado apenas pelo lado da instituições que dão assistência sem contextualizar o assistido.

Por fim, conclui-se que há um valor público nos trabalhos desenvolvidos nos atendimentos aos necessitados por meio da colaboração dos fiéis ou adeptos e o esforço das entidades religiosas. Pontos diferenciados de governança colaborativa visualiza-se quando a instituição religiosa desempenha um papel que seria próprio do Estado, como a assistência de saúde daqueles que buscam, a emissão de documentos para exercer os direitos civis; como também a disponibilização de cursos para aqueles interessados na carreira pública por meio de concursos, que as instituições proporcionam cursinho; e ainda, os cursos de como fazer bolos que poderá acrescentar na renda dos atendidos. Contudo, é importante desenvolver estudos futuros no sentido de envolver a participação dos assistidos pelas instituições de assistência religiosa, para o fechamento do ciclo dentro do contexto de assistência o que é proposto dessas instituições e o que é recebido e percebido pelo assistido.

REFERÊNCIAS

AMMERMAN, Nancy. **Organized Religion in a Voluntaristic Society.** " *Sociology of Religion*. 58(3):203-15,1997.

ANSELL, C.; GASH, A. **Collaborative governance in theory and practice.** *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2007.

ANSELL, C.; TORFING, J. **How does collaborative governance scale?** *Policy & Politics*, v. 43, n. 3, p. 315-329, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1988.

BURITY, Joanildo. **Organizações religiosas e ações sociais: Entre as políticas públicas e a sociedade civil.** *Revista Antropológicas*, ano 2011, volume 18(2):7-48, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/viewFile/23700/19356>.

Acesso em: 03.11.2019.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EMERSON, Kirk, NABATCHI, Tina; BALOGH, Stephen. **An Integrative Framework for Collaborative Governance**. *Journal of Public Administration Research and Theory*. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/EmersonNabatchiBalogh.full.pdf>. Acesso em: 13.11.2019.

FERREIRA, Viviane G. **Governança colaborativa na prática: uma análise das APACs**. Dissertação (mestrado profissional) – Escola brasileira de Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

FOLLMANN, José Ivo; Aparecida Pinheiro, Adevanir. **Práticas Sociais Religiosas: um estudo sociológico pontual**. *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 42, núm. 3, setembro-dezembro, 2006, pp. 206-216. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93842307.pdf>. Acesso em: 26.01.2020.

GIUMBELLI, E. **Faces e Dimensões da Campanha Contra a Fome. Projeto Ação da Cidadania: Memória**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião. 1994.

GOLDSMITH, S. and W. Eggers. **Governing by Network: The New Shape of the Public Sector**. Washington, DC: Brookings Institution. 2004.

HANDRIEDER, T. **The public valuation of religion in global health governance: spiritual health and the faith factor**. *Contemporary Politics*, 23 (1), 81-99, 2016.

IVES, Christopher D., Kidwell Jeremy. **Religion and Social Values for Sustainability**. *Sustainability Science*. September 2019, Volume 14, Issue 5, pp. 1355-1362

MACHADO, Guilherme L. **Governança corporativa em uma organização hospitalar de ordem religiosa**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de pós-graduação em Gestão e Negócios, Porto Alegre, 2014.

MACIEL, Cristiano de Oliveira; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L. **Práticas estratégicas em uma rede de congregações religiosas: valores e instituições, interdependência e reciprocidade**. *Revista de Administração Pública - RAP* — Rio de Janeiro 43(6):1251-1278, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6908/5478>. Acesso em: 07.12.2019.

MARTIN, David A. **Religion and Public Values. A Catholic-Protestant Contrast**. London School Economics. *Review of Religious Research*. Vol. 26, n. 4 (Jun., 1984), pp. 313-331

NOVAES, Regina Reyes. **Juventude e Ação Social no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa**. In LANDIM, Leilah (org.): *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc*. Rio de Janeiro: Nau, 1998.

SALVIATI, M. E. **Manual do aplicativo Iramuteq** (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3).

SPOSATI, A. **A gestão da assistência social de São Paulo**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, v. 39, n. 3. 505-573, 2005.

TEIXEIRA, Mariana S.; FUNNGETTO, francelli Heiderich; HOLDERBAUN, Letícia Silva; PEREZ, Karine Vanessa. **Análise institucional de uma igreja católica em um município no interior do Rio Grande do Sul: relato de experiência**. *Anais da VI Jornada de Pesquisa em Psicologia*, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2017.

TONIOL, Rodrigo. **Atas do espírito: A Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir a espiritualidade**. *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB, 2017, v. 42, n. 2:267-299.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WUTHNOW, Robert. **Caring for others and helping ourselves**. Princeton University Press, Oxford. Disponível em: <https://epdf.pub/acts-of-compassion-caring-for-others-and-helping-ourselves.html>. Acesso em 07.12.2019.